



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 06, pp. 47702-47708, June, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.21899.06.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

IMPACTO GERADO PELA ADOÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FAIRTRADE PARA PRODUTORES DE CAFÉ: UMA ANÁLISE SOBRE A ÓTICA ECONÔMICA E SOCIAL

Nilmar Diogo dos Reis^{*1}; Marina de Barros²; Luiz Gonzaga de Castro Junior³; André Luís Machado⁴; Jaqueline Severino da Costa⁵ and Renato Elias Fontes⁶

¹PhD Student in Administration at Federal University of Lavras (UFLA), Brazil, ²MSc. in Administration by Federal University of Lavras (UFLA), Brazil, ³Professor PhD at Administration and Economics Department of Federal University of Lavras (UFLA), Brazil, ⁴PhD Student in Administration at Federal University of Lavras (UFLA), Brazil, ⁵Professor PhD at Agroindustry Department of Federal University of Lavras (UFLA), ⁶Professor PhD at Agroindustry Department of Federal University of Lavras (UFLA)

ARTICLE INFO

Article History:

Received 27th March, 2021

Received in revised form

19th April, 2021

Accepted 20th May, 2021

Published online 26th June, 2021

Key Words:

Café, Comércio Justo, Certificações, Agronegócio.

*Corresponding author:

Nilmar Diogo dos Reis

ABSTRACT

A produção de café sempre teve papel expressivo na economia brasileira. Tendo em vista que grande parte da commodity produzida provém de pequenos produtores, eis que surge a preocupação social e econômica na vida dessas pessoas. De acordo com Polanyi (1944), após a Revolução Industrial e adoção do mercado autorregulável, a sociedade começa a enfrentar níveis de pobreza, uma vez que essa passa a se polarizar. Entretanto, para todo movimento econômico de sucesso, Polanyi (1944) afirma existir um contramovimento de proteção social. Desta maneira, para a proteção dos pequenos produtores de café, foi criado o movimento do comércio justo, surge o Fair Trade (FT) - Certificação que visa proteger pequenos e médios produtores do sistema comercial convencional. Buscou averiguar qual o impacto da certificação FT na vida dos produtores, sendo este, positivo, já que houve aumento da qualidade de vida, do café produzido e do desenvolvimento da comunidade local.

Copyright © 2021, Nilmar Diogo dos Reis et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Nilmar Diogo dos Reis; André Luís Machado; Luiz Gonzaga de Castro Junior and Marina de Barr Nilmar Diogo dos Reis; Marina de Barros; Luiz Gonzaga de Castro Junior; André Luís Machado; Jaqueline Severino da Costa and Renato Elias Fontes. 2021. "Impacto gerado pela adoção da certificação fairtrade para produtores de café: uma análise sobre a ótica econômica e social", *International Journal of Development Research*, 11, (06), 47702-47708.

INTRODUCTION

O café é uma das bebidas mais apreciadas e consumida no mundo. Indubitavelmente, possui um papel significativo no processo social, econômico e cultural em toda sua cadeia e instiga a permanência dos cafeicultores no campo, promovendo a geração de renda e emprego a toda comunidade. Desde a sua descoberta, por volta do século V, o café tem sido utilizado principalmente por sua propriedade energética. Uma vez conhecida a relevância da cadeia produtiva do café, esta deve ser vista sobre perspectivas criteriosas – haja vista os impactos que pode causar – devendo ser monitorada. Segundo a Associação Brasileira de Indústria do Café (ABIC), o consumo interno de café no Brasil atingiu 21 milhões de sacas, no período de novembro de 2017 a outubro de 2018, representando um crescimento de 4,80%, com relação ao período anterior, de novembro de 2016 a outubro de 2017, aumentando o consumo *per capita* para 6,02 kg/ano de café cru e 4,82 kg /ano de café torrado e moído, o que mantém o Brasil como o segundo maior consumidor de café do mundo (ABIC, 2018). Tendo em vista a tendência para os anos seguintes do aumento da produção de café, seja para uso interno ou exportação. A escassez

café por grandes empresas em detrimento aos produtores da cultura. Assim, será o comércio justo uma medida que poderá prover aos produtores de cafés melhores condições de manejo e comercialização frente as vicissitudes enfrentadas por eles no mercado convencional? Essas são umas das perguntas que esta pesquisa buscará responder e corroborar com a difusão de melhores práticas para o setor cafeeiro como um todo. A certificação do café comércio justo tem sido considerada como uma saída alternativa de diferenciação do produto, que tem em seus fundamentos agregar valor econômico, social e ambiental na produção, bem como abertura de mercados para comercialização – acarretando uma melhor rentabilidade às famílias cafeeiras (LIMA, 2016). Além do mais, o selo é um instrumento que responde à crescente demanda mundial por produtos politicamente corretos e baseia-se na ideia de que os consumidores são motivados a pagar um prêmio ou melhores preços para produtos que atendam a determinados padrões definidos e garantidos com precisão (WISSEL et al., 2010). Segundo Kamlot e Schmitt (2015), o Comércio Justo se baseia no tripé economia, meio ambiente e sociedade, sendo este último o ponto de interseção que o liga ao Marketing Social. Ambos buscam influenciar o comportamento do consumidor estabelecendo a necessidade de hábitos de consumo éticos visando preço adequado com padrões ambientais e sociais equilibrados. Conectado à prática e

à teoria, Karl Polanyi (1944), autor da Teoria do Movimento em Dobro, diz exatamente que o sistema capitalista cada vez que cria uma destruição, há movimentos de proteção. Em suas palavras: “Empurrar e puxar as forças do mercado livre e da regulação social que é chamado de “duplo movimento” (POLANY, 1944)”. O movimento comércio justo é justamente autoproteção social do que é causado nas polarizações do livre comércio – um movimento dobrado (MENDELL, 2003). Destaca-se a importância deste tema pela emergência e expansão das práticas de Comércio Justo no Brasil e no mundo. São práticas recentes, mas que têm despertado interesse na sociedade, nos meios acadêmicos e também das empresas, que veem esse comércio alternativo como uma oportunidade de divulgação e ampliação das suas práticas de Responsabilidade Socioambiental (BOSSLE, 2011). Mesmo com a tamanha importância do Brasil no mercado do café, pouco se conhece sobre as certificações na cafeicultura brasileira no que se diz a respeito dos resultados e consequências para o café nacional. Conhecer como está o desenvolvimento das instituições que certificam os produtores no Brasil é de suma prioridade, uma vez que o país é um dos que mais tem aumento de produtores certificados e, também, tem uma alta demanda para a produção (ALVARENGA; ARRAES, 2017).

REFERENCIAL TEÓRICO

O Comércio Justo: O Comércio Justo representa uma nova abordagem importante para aliviar a pobreza no Hemisfério Sul global com base na estratégia de “*trade not aid*” (comércio não auxílio). O crescimento do movimento de Comércio Justo busca desafiar historicamente as relações de mercado internacionais desiguais, transformando o comércio Norte-Sul em uma potencial capacitação do produtor e alívio da pobreza. O movimento comércio justo tem como intuito oferecer aos produtores desfavorecidos a chance de “aumentar seu controle sobre seu próprio futuro, ter um pagamento justo por seu trabalho, estabilidade de renda e condições dignas de trabalho e de vida através do desenvolvimento sustentável” (FAIRTRADE FOUNDATION, 2015). Ainda, o principal argumento do Comércio Justo é que há uma renda segura, um pré-pagamento - se necessário- e acesso a crédito e empréstimos que podem diminuir o índice de pobreza. Existem trabalhos previamente publicados que afirmam que a redução da pobreza nos campos está diretamente relacionada ao salário justo e outros benefícios financeiros ofertados pelo movimento pobreza (CALO; WISE 2005; IMHOF; LEE, 2007; LE MARE, 2008). As ideias sobre o desenvolvimento social estão inseridas na filosofia do Comércio Justo e, sobretudo, os estudos de Comércio Justo sugerem que contribuem para melhorar o bem-estar geral dos produtores (BECCHETTI; COSTANTINO, 2005; LE MARE, 2008; MORSELLO, 2002; RAYNOLDS, 2002^a, LEAL; OGASAVARA; MENEZES, 2017). Para Barone (2017), em seu estudo feito na COOPFAM, os quesitos mais importantes do impacto FT entre os pequenos produtores é o preço pago pelo café e o acesso ao mercado. Lima (2016) realizou pesquisas documentais em arquivos disponíveis da COOPFAM e também fez um levantamento cronológico da evolução da cooperativa, além de entrevistas com os cooperados, gerentes e funcionários da cooperativa. Os resultados da pesquisa foram que processo de certificação trouxe bons resultados para os cooperados como, por exemplo, a eliminação dos 120 atravessadores por meio da exportação do café diretamente pela COOPFAM.

A Certificação e Fair Trade: A certificação é um meio formal que assegura que o produto foi realizado de acordo com padrões de qualidade preestabelecidos e é legitimada como uma ferramenta de suma importância para agregar credibilidade e confiança aos produtos, serviços e empresas. Por conta da transparência, tem como objetivo reduzir assimetrias informacionais e pode ser gerado pela própria empresa ou por terceiros, tal como organizações independentes, públicas ou privadas, internacionais ou nacionais (MACHADO, 2000). Segundo Oliveira (2016), o setor cafeeiro vem buscando se adequar, em todas as etapas de produção da cultura, visando atender as exigências crescentes de nichos de mercado dispostos a pagar mais por um produto que atenda as questões sociais

e ambientais, tendo a certificação um papel importante na garantia da origem e qualidade do produto. Esse trabalho utilizou como fundamentação teórica os conceitos de Karl Polanyi (1944) e a Teoria do movimento em dobro que será analisada no tópico a seguir. Nesse tópico teórico também contém a explicação da relevância contemporânea de tal Teoria, bem como a apropriação dessa com o movimento do FT.

Karl Polanyi e o Movimento do Comércio Justo: Polanyi (1944) argumenta que o movimento duplo é o resultado da ação permanente e contraditória de dois princípios que organizam a sociedade de mercado e as economias. Primeiramente, o liberalismo e o livre-comércio. Em oposição, a autoproteção social. São duas fases do mesmo movimento – a primeira é que os processos globalizados são tratados como internacionalização de uma mentalidade de mercado sobre um comércio bruto. A segunda fase é qualquer atividade que ameace subverter o caráter neoliberal. Dessa forma, o movimento do FT são as diferentes sociedades se protegendo do mercado, assim comercializando de forma alternativa ao convencional. Seguindo e construindo uma hipótese que já foi defendida por Enelow (2012), é tido nesse trabalho que as certificações desenvolvidas por terceiros cumprem a função de proteção social causada pelos danos do mercado liberal. Ainda que o governo tente garantir as condições dignas de trabalho e resolver problemas sociais, é de conhecimento mundial que, muitas vezes, ainda mais frequente em países do Hemisfério Sul, que isso não acontece. Através do movimento FT, as comunidades interagem por meio de conversas e planejamento, tornam-se parceiras dentro de uma mesma iniciativa, desenvolvem amizade, além de encontrar sentido e motivação para suas vidas. Neste movimento, as pessoas são resgatadas de um papel meramente econômico e isolado. A decorrência disso é que passa a existir dentro da atividade econômica relações sociais.

METODOLOGIA

No intuito de responder a temática qual o impacto social e econômico que a certificação FT traz na vida dos produtores de café, esta pesquisa foi realizada em duas etapas de concretização, no qual a primeira foi a revisão bibliográfica, enquanto a segunda foi composta de aplicação de questionários dentro da amostra desejada. A soma das duas atribuiu os resultados que foram discutidos nesse trabalho, sendo de caráter quantitativo-descritivo e exploratória. Pesquisa exploratória uma que tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que está sendo investigado, assim possibilitando maior definição ao seu delineamento com pesquisas prévias. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (PRODANOV; FREITAS, 2013). O impacto da certificação FT nos cafeicultores foi avaliado a partir de um questionário do tipo *survey*, semiestruturado entre os períodos de novembro de 2019 a fevereiro de 2020, contendo questões fechadas com escala binária ou questões pontuais de conteúdo pessoal ou da produção/propriedade. A escolha dos participantes da amostra foi realizada de forma não aleatória, isto é, no período da coleta dos dados foram abordados cafeicultores certificados que estavam disponíveis na Cooperativa COOPFAM. Assim, foi feita a amostragem não probabilística. Os questionários foram analisados utilizando análise de estatística descritiva. Ou seja, as análises foram feitas via média, moda, porcentagem e frequência. Soma-se aos resultados primários obtidos a revisão de literatura com dados secundários para corroborar os resultados aqui obtidos.

O objeto de estudo do presente trabalho foram produtores de café filiados à Cooperativa dos Produtores Familiares de Poço Fundo–COOPFAM - situada na região sul de Minas Gerais. Esta cooperativa possui somente cafeicultores certificados pelo movimento FT. Foi escolhida tal cooperativa por dois motivos: 1) Pela importância da organização dentro do assunto abordado, tendo em vista que é a pioneira em certificação do Comércio Justo no Brasil e um exemplo a ser seguido para outras cooperativas certificadas (BARONE, 2017); 2) Pela conveniência da localização da cooperativa ante onde foi produzido tal trabalho. A amostra de produtores filiados foi escolhida

de forma não probabilística. Foram aplicados 48 questionários numa população de 396 produtores (BARONE, 2017), atingindo então uma amostra de 12,12% da população total. Para corroborar os dados obtidos, serão confrontados os resultados aqui encontrados com os resultados preexistentes na literatura acerca dos quesitos pesquisados. Os dados foram tabulados e analisados via programa Microsoft Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos tópicos que seguem abaixo, serão discutidos os tópicos abordados, um a um, com o intuito do aprofundamento de cada um deles para a construção de uma ideia única relacionada ao impacto do Comércio Justo na vida dos agricultores da amostra estudada. Os resultados foram divididos em 3 partes: 1) Caracterização da propriedade, da produção e da família produtora antes e depois de se certificar; 2) Ponto de vista do produtor acerca das questões qualitativas e 3) Perspectiva teórica do Movimento em Dobro (Polanyi, 1944) e o comércio justo.

Caracterização dos produtores de café filiados em relação à propriedade, produção e da família produtora antes e depois de se certificar

Tempo de cooperado certificado:

O tempo médio de cooperado certificado foi de 9 anos. Ao fazer a frequência, metade da amostra se concentrou em mais de 10 anos de cooperado e apenas 21% têm menos de três anos de cooperado. Soma-se que cerca de 80% já tem no mínimo quatro anos de certificação.

Tabela 1. Tempo de certificado

Tempo Certificado	Frequência Absoluta	Frequência percentual
Até 3 anos	10	21%
Entre 4 e 5 anos	12	25%
Entre 6 e 9 anos	02	04%
Mais que 10 anos	24	50%
TOTAL	48	100%

Fonte: Dos autores (2020).

Quantidade de pessoas em casa:

A importância desse dado é justificada para explicar se houve aumento de mão de obra familiar dentro das lavouras devido ao crescimento da família ou se foi devido à necessidade de mais uma pessoa trabalhar para a produção. Em números gerais, o número de pessoas na casa se manteve o mesmo, com leve aumento em que, antes obter a certificação FT, a média obtida na amostra era de 3,41 e passou para 4,08 após certificar e a moda foi era 3,0 antes da certificação e manteve-se em 3,0. Quando foi feita a média de pessoas na casa, foi encontrado que sim, houve um aumento de pessoas; entretanto, ao fazer a moda, se manteve o mesmo número de moradores na casa. Como pessoas não pode ser número com casa decimal (somente inteiro), a moda se encaixa melhor nessa operação. Logo, é confirmado que o tamanho da família, basicamente, se manteve o mesmo. A seguir foi utilizado esse dado para confrontar com o número de pessoas da família que trabalham com a produção de café. Já se sabe que a família não cresceu. Ou seja, se aumentou o número de pessoas trabalhando no campo, foi porque houve a necessidade de mão de obra extra. E então, far-se-á necessário explicar a razão de mais uma pessoa trabalhando.

Número de pessoas na família que trabalham na produção:

Esse dado tem sua importância devido ao impacto na quantidade de mão de obra exigida nos campos de café. Neste ínterim, o número de pessoas 'na casa' antes de obter a certificação FT, apresentava uma média de 2,125 e passou para 2,265 após a certificação. A moda era de 1,0 antes de FT e foi para 2,0 após a certificação. Percebe-se que o número de pessoas da família que trabalham na produção cafeeira aumentou. Antes, se tinha que apenas uma pessoa da família

desprendia da força de trabalho nas terras de realização. Após a certificação, nota-se que houve um crescimento na mão de obra. Ou seja, como exposto acima, o número de pessoas da família não cresceu com o Comércio Justo, entretanto, foi confirmado que houve necessidade de uma das pessoas que não trabalhavam passar a trabalhar. Sabe-se que a mão de obra familiar é a unidade básica de produção na cadeia de suprimentos do café certificado. Para adotar a certificação FT, é necessário estar filiado a alguma cooperativa certificada. E para ser aceito por essas e ter o selo, é obrigatório que a produção seja feita predominantemente por trabalho familiar, do que trabalho de terceiros – só são permitidos trabalhos temporários contratuais (ENELOW, 2012). Então houve um impacto na mão de obra familiar. Será averiguado posteriormente se a produção teve um impacto positivo de aumento, se sim, essa questão poderá ser dissolvida facilmente, uma vez que quando se aumenta a produção há necessidade de mais mão de obra.

Número de pessoas que não faz parte da família de produtores, mas que trabalham na produção:

Conforme supracitado, não é permitido a contratar mão de obra fixa que não seja familiar. Ou seja, só são permitidos trabalhos temporários (ENELOW, 2012; GOMES, 2003) que geralmente são necessários na época da colheita (BARONE, 2017). A variação de mão de obra de terceiros dentro das propriedades familiares de café foi de 0,2916 antes da FT e passou para 0,70833 após a FT. Nota-se que houve um aumento na média de terceiros trabalhando na agricultura familiar. Destarte, conclui-se que a agricultura não deixou de ser exclusivamente familiar na maioria das partes. Afim de corroborar com a afirmativa, realizou-se a frequência e porcentagem desse tópico:

Tabela 2. Frequência e porcentagem do número de pessoas que não são da família e trabalham na produção

Perfil	Frequência	Porcentagem
Nunca teve	28	58,3%
Teve antes de certificar e deixou de ter após certificar	02	4,2%
Não tinha e passou a ter depois de certificar	08	16,7%
Sempre teve	10	20,8%
TOTAL	48	100%

Fonte: Dos autores (2020).

Vinte e oito das quarenta e oito famílias pesquisadas alegaram nunca terem tido mão de obra externa à sua família dentro das suas terras. Ou seja, 58,3% nunca precisaram contratar trabalhadores para auxiliar na produção de café. Isso demonstra que o perfil dos produtores, em maior parte, é unicamente de agricultura familiar. Cerca de 17% passou a ter, após a certificação, e 20,8% sempre teve.

Do tamanho da propriedade:

Para Barone (2017), do total de famílias de produtores rurais na cidade, cerca de 97% possuem propriedade entre 5 e 10 hectares. Nota-se que ao fazer a média entre os períodos pré-certificação e pós-certificação, esse dado se encaixa muito bem como será mostrado abaixo. Destarte, quando questionado a respeito do tamanho da propriedade, 62,5% da amostra afirmaram que suas terras cresceram após a certificação. Em média, as propriedades tinham o tamanho de 5,56 hectares. Com a obtenção do selo para sua produção, a média absoluta de todos os produtores aumentou em quase 40% a dimensão da fazenda; antes o tamanho da propriedade da FT, era em média, 5,56ha e passou para 9,20ha após a FT. Entretanto, somente a média pode esconder valores mais concretos. Por isso, destaca-se na tabela abaixo o crescimento dessa parcela de 62,5% que alegou ter crescido.

Nota-se que seis famílias saíram dessa categoria e passaram a ter um pedaço maior de domínio. Então, é confirmado que houve um impacto positivo no crescimento do tamanho da propriedade após a certificação. Ademais, é notável que desde 2014 até os dias atuais,

houve crescimento no número de cooperados e também no tamanho da propriedade. Ressalta-se a necessidade do conhecimento do tamanho das propriedades para que a organização certificadora saiba como agir perante a oferta de serviços, ou seja, a seleção dos cursos técnicos, palestras e informação sobre tecnologias têm que levar em consideração esses dados do sistema social abordado.

dos problemas que estão sendo pesquisados aqui. Primeiramente, o aumento real da produção já justifica o porquê do aumento de mão de obra familiar dentro das lavouras. Antes se necessitava de apenas uma pessoa e, após certificar, o número dobrou. O aumento real da produção também traz muitas questões em pauta. O aumento da propriedade somado ao aumento da produção já é algo que demonstra

Tabela 3. Frequência e percentual do tamanho da propriedade antes e depois de certificar

Tamanho da propriedade	Antes de certificar FT		Depois de certificar FT	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Até 3 hectares	20	41,7%	14	29,3%
Entre 3,1 e 6 hectares	04	8,3%	04	8,3%
Entre 6,1 e 9 hectares	16	33,3%	10	20,8%
Entre 9,1 e 12 hectares	06	12,5%	06	12,5%
Entre 12,1 e 15 hectares	00	0%	06	12,5%
Entre 15,1 e 18 hectares	01	2,1%	04	8,3%
Mais de 18 hectares	01	2,1%	04	8,3%
TOTAL	48	100%	48	100%

Fonte: Dos autores (2020).

Tabela 4. Volume da produção (em sacas) – valores absolutos e percentuais

Quantidade/sacas	Antes de certificar FT		Depois de certificar FT	
	Absoluto	Percentual	Absoluto	Percentual
30 sacas ou menos	6	12,50%	2	4,17%
31 a 60 sacas	16	33,33%	14	29,16%
61 a 90 sacas	8	16,67%	2	4,17%
91 a 120 sacas	4	8,33%	4	8,33%
121 a 150 sacas	6	12,50%	6	12,50%
151 a 180 sacas	2	4,17%	4	8,33%
181 a 210 sacas	2	4,17%	2	4,17%
211 a 240 sacas	0	0%	0	0%
241 a 270 sacas	0	0%	6	12,50%
271 a 300 sacas	4	8,33%	4	8,33%
301 a 400 sacas	0	0%	0	0%
401 a 500 sacas	0	0%	2	4,17%
501 a 600 sacas	0	0%	2	4,17%
TOTAL	48	100%	48	100%

Fonte: Dos autores (2020).

Volume da produção: Segundo a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), Poço Fundo possui hoje 800 mil pés de café orgânico, cem por cento Arábica, que produzem em média 5.000 sacas por ano em altitudes que variam de 800 a 1200 metros. Para saber se a produção cresceu entre os períodos não certificado - certificado foi feita a média de sacas vendidas por ano de todos os produtores. Entretanto essa metodologia não foi plausível para essa categoria uma vez que pode ser que poucos produzam muito ou muitos produzam pouco, assim alterando o verdadeiro impacto. Porém, o volume da produção (em sacas) era em média, antes da FT de 99,13 sacas/ano e passou para 171,95 sacas/ano após a FT. Então, os números foram redistribuídos e uma nova tabela se formou com os dados mais concretos e visíveis para se obter um resultado plausível. Abaixo é disposto o quadro do tamanho da produção em sacas. Os dados são apresentados via frequência com a qual a primeira coluna se dá a quantidade de sacas vendidas ao ano, a segunda coluna encaixa a quantidade de produtores que produzem valores dentro da porção antes de se certificar e a terceira são os mesmos fazendeiros e seus frutos, entretanto, após se certificar.

Na segunda coluna, produção antes de certificar FT, a parte destacada em amarela detém 44 dos 48 produtores. Já a parte destacada em amarelo da segunda coluna detém 36 produtores. Nota-se que, a princípio, apenas 4 produtores tinham uma produção maior que 210 sacas. Após certificar, o número aumentou. Apresentam-se 12 produtores com uma produção maior. Voltando à parte destacada, nessa amostra analisada, diminuiu o número de pessoas que produziam 30 sacas ou menos, e, ao longo da tabela, foram se redistribuindo. É nítido que houve um crescimento na produção de sacas. Isso desencadeia uma série de questões que desvendam alguns

um impacto positivo na vida dos produtores. Ou seja, entre ser ou não ser certificado, já foram apresentadas aqui vantagens sólidas.

Produção de subsistência:

Em linhas gerais, pouca coisa mudou. Antes de certificar, 36 famílias tinham produção de subsistência. Depois de certificar, houve um aumento de 5 famílias, somando 41. Ou seja, grande parte dessa amostra utiliza uma parte do seu espaço para uma produção própria, o que os deixa cada vez mais perto do perfil do produtor familiar. Mesmo que pequeno, o impacto foi positivo. Entre as culturas mais produzidas estão: arroz, milho, café, hortaliças e feijão – sendo o café a principal produção. As lavouras de arroz, milho e feijão geralmente são plantadas para subsistência. Os animais geralmente criados são porcos, galinhas e bovinos, sendo na maior parte para subsistência também. A produção de subsistência também serve como uma rede de segurança para produtores de café em tempos de queda de renda devido à queda dos preços do café (ENELOW, 2012).

Você acredita que se associar à Cooperativa e se certificar trouxe benefícios?

Todos os respondentes (100%) afirmaram que sim. A certificação lhes trouxe muitos benefícios bem como se cooperar. Todos alegaram com certeza no que dizia a respeito dessa questão. Conclui-se que os produtores estão de acordo em relação aos benefícios que a Cooperativa e a certificação os trazem. Corrobora-se esse resultado com a informação de que os cooperados estão satisfeitos pelo nível de confiança que existe entre cooperativa e cafeicultor (ROMANIELLO; AMÂNCIO; CAMPOS, 2012). Ou seja, há uma preferência em ser cooperado, uma vez que ser cooperado lhe traz conforto e segurança

para comercialização e, portanto, para sua vida. Ou seja, não basta apenas ser cooperado de uma organização certificadora para apanhar os benefícios. Nota-se que é muito importante que a organização seja organizada e que traga segurança para os produtores para que o impacto seja positivo e como desejado. O fato de a COOPFAM ter uma estrutura que traz confiabilidade para os cafeicultores, faz com que esses estejam satisfeitos por serem cooperados e, assim, absorvendo os benefícios da certificação.

Você recebeu treinamentos para melhorar o café produzido?

Dentre os 48 respondentes, 46 alegaram ter assessoria ou treinamentos para melhorar a qualidade do café produzido, sendo que 95,8% afirmaram que tiveram contra 4,2% que não obtiveram algum treinamento. Para melhorar a qualidade do café produzido pelos cooperados, a COOPFAM conta com a colaboração do Instituto Bio Sistêmico, Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, EMATER-MG, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e SEBRAE. De acordo com SEBRAE (2016), uma das premissas do movimento é “relação de longo prazo que ofereça treinamento e apoio aos produtores e acesso às informações do mercado”. Foi verificado durante as entrevistas, que a COOPFAM oferece aos cooperados cursos para o aperfeiçoamento e atualização, como por exemplo, cursos referentes à administração das propriedades rurais, contribuindo para que os produtores possam ser também gestores dos seus negócios. Estes resultados confirmam com os encontrados por Freitas et al. (2017), no que se refere aos cursos oferecidos pela COOPFAM, onde relataram que esses cursos orientam sobre o processo produtivo, o espaço ambiental, social e econômico, no qual os produtores rurais estão inseridos. Nas entrevistas realizadas na COOPFAM, verificou-se que os cursos oferecidos aos produtores rurais são realizados por instituições de ensino e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (LIMA, 2016). Então, é constatada verdadeira que tal premissa de assessoria e auxílio ao produtor deixada pelo movimento do Comércio Justo, de fato, faz muita diferença na vida dos fazendeiros. Tal impacto foi positivo e confirmado tanto pela literatura já existente (pesquisas anteriores) tanto pelos dados primários gerados nesse estudo.

Você acredita que o preço comercializado, ou seja, que lhe é pago, é um preço justo?

Essa pergunta fez com que muitos pensassem antes de responder. 20 dos 48 participantes dessa amostra disseram que não. O preço não é justo. Entretanto, 28 dos outros 48 respondentes, somando um total de 58,3% da amostra, alegaram que o preço é justo, pois é melhor que o convencional. O estudo feito pela pesquisadora Barone (2017) comprova que os valores estão acima da margem convencional. É óbvio que os produtores desejam que sua *commodity* seja mais bem valorizada, entretanto, perante o mercado que não é certificado, os preços pagos são superiores. Além disso, para Oliveira, Araújo e Santos (2008), o princípio do preço mínimo promovido pelo Comércio Justo fez com que os produtores rurais sentissem diretamente uma diferença expressiva no seu desenvolvimento financeiro após a adoção do selo em sua produção. Ou seja, apesar de uma grande parte da amostra estudada ainda não estar completamente satisfeita com o preço recebido, há vantagens nítidas e financeiras para tais cooperados. Ainda, para Oliveira, Araújo e Santos et al. (2008), evidenciou-se também, ao longo das suas respectivas entrevistas, que a rentabilidade com a venda do café tem gerado aos produtores rurais um aumento em suas condições financeiras para preservar um maior equilíbrio econômico, pois possibilita investirem mais nas propriedades rurais, por receberem um valor mais justo pela venda do café. Ademais, destaca-se também que, corroborado pelos dados primários desta pesquisa, associados à literatura, é tido que os preços podem não ser o quanto os produtores desejariam que fosse, entretanto é incabível dizer que não seja melhor que os preços convencionais (PEDINI, 2017).

Você compreende o que é Fair Trade?

Dentre todos os respondentes, cerca de 62,5% dizem entender o que é o FT ao passo que 37,5% dizem não compreender. Porém, o número

de respondentes que não compreende o que é o movimento na qual ele faz parte ainda é altíssimo. 18 de 48 não entendem ao certo o que é, mas sabem que é algo que lhes agrega. Essa questão fez surgir um novo questionamento acerca da razão pela qual o produtor faz parte da certificação sem entender ao certo quais são suas premissas. Ou seja, como exemplificado e mostrado via dados produzidos nessa pesquisa, ainda é abstrato o conceito do Comércio Justo para muitos. Uma grande parcela da amostra estudada nessa pesquisa não soube responder o que era. Tendo em vista que a COOPFAM é uma cooperativa exemplo para muitas outras em como disseminar a certificação e se organizar, esse quesito parece estar um tanto quanto disperso em seu conceito.

Você acredita que a qualidade do seu café melhorou depois que passou a ser certificado?

Mais uma vez, 100% dos respondentes tiveram uma resposta unânime em face dessa questão. Sim, a qualidade do café melhorou após adotar a certificação. Segundo a COOPFAM, a média de qualidade dos cafés de seus cooperados é de 82 pontos na escala SCAA. Em 2011, a Cooperativa recebeu o “Prêmio Exporta Sul Minas 2011”, reconhecida como uma das empresas que mais se destacaram no processo de exportação *Free On Board* (FOB), dentro dos 159 municípios que compõem a região Sul do Estado de Minas (PRADO et al., 2011). Outra informação importante a se levantar foi que em 2014 a COOPFAM foi escolhida para ser a oficial fornecedora de café para a Copa do Mundo 2014 (LIMA, 2016). O movimento trouxe, indiretamente, através da assistência técnica e fornecimento de informações aos produtores, um impacto positivo na qualidade do café produzido. Ou seja, investir em cursos, aulas, ensinamentos sobre diversos assuntos que auxiliam sua produção ou gerência, fez com que o seu rendimento fosse maior.

E sua qualidade de vida aumentou depois que se tornou certificado Fair Trade?

Ao questionar ao produtor tal questão, o entrevistador explicou ao certo e explicitamente que a qualidade de vida tem que ser direta na condição de vida da família e em seu dia a dia, contribuindo para o alívio da pobreza para toda a comunidade, além da melhoria da qualidade dos produtos e do sistema de produção. Grande parte da amostra (83,3%) concordou que sua qualidade de vida melhorou após a certificação. 12,5% responderam que em partes e 4,2% (dois respondentes) responderam que não melhorou a qualidade de vida após a certificação. Justifica o ponto concordância que houve melhor condição de viver, pois na crise da década 1990 do mercado cafeeiro fez com que um singelo grupo de cafeicultores se unisse com o objetivo de conseguir uma melhor qualidade de vida e melhores relações comerciais (LIMA, 2016). Assim, com uma história de luta e muita vontade, conseguiram atingir seu objetivo com sucesso. Hoje, quase três décadas depois, pode-se dizer com muito êxito que a união fez a força e que o intuito de ter uma vida mais digna foi atingido para a amostra dessa cooperativa. A certificação FT significa para muitos uma melhor condição financeira, sustento e estabilidade financeira, maior poder de investimento na produção e na propriedade, adoção de práticas sustentáveis, ademais um futuro favorável para sua família (OLIVEIRA, 2016). Em suma, tanto a literatura quanto os dados coletados nessa pesquisa deixam claro que a qualidade de vida de tais produtores foi aumentada de alguma forma.

Na sua concepção, houve desenvolvimento em sua comunidade após a Cooperativa ser certificada?

Na amostra obtida nesse estudo, 95,8% dos respondentes (46 pessoas) disseram ter visto melhoras no desenvolvimento da comunidade de forma direta (pelo prêmio recebido) ou indireta (como as famílias têm maior poder aquisitivo, fazem os negócios locais melhorarem e, assim, gerando avanços). Na seção “Revisão de literatura” desse trabalho há um tópico que discute o impacto na qualidade de vida dos produtores em outros lugares do mundo e, nesse tópico, é possível perceber que, em geral, o prêmio trouxe benefícios para diversas

peças ao redor das cooperativas certificadas. Esse é outro ponto importante da certificação que, de forma direta, contribui para o desenvolvimento humano e redução da pobreza.

Sob a perspectiva teórica do Movimento em Dobro de Polanyi (1944) e o Comércio Justo:

A Teoria do Movimento em Dobro de Karl Polanyi (1944) explica alguns fenômenos do Comércio Justo que se faz presente nesse trabalho: 1) O movimento tem crescido ao longo dos anos; 2) O movimento vai além de uma abordagem alternativa econômica; 3) O movimento tem como objetivo criar valor social. De acordo com o 7º relatório de escopos e benefícios do FT (FAIRTRADE INTERNATIONAL, 2015), mostra que houve crescimento no número de trabalhadores e produtores certificados. Num total, houve crescimento de 9% entre os anos de 2013-2014. Na América Latina e Caribe, ocorreu o acréscimo de 3%; na África e Oriente Médio 13%; e na Ásia e Pacífico 3%. Como é notório o crescimento do FT, pode-se inferir que tal fato se dá devido à preocupação com as comunidades produtoras tem tido maior atenção devido a esse desenvolvimento. Logo, esse olhar cauteloso para produção ter taxas e expectativas de crescimento, é um êxito para o contramovimento de proteção social – o que afirma Polanyi (1944) em sua Teoria. Ou seja, o progresso e evolução do sistema FT faz parte da segunda fase do movimento duplo do sistema capitalista, que é o momento onde a sociedade se protege do mercado que, felizmente, tem crescido e, assim, protegido um número maior de produtores.

Outra razão que fundamenta o uso da Teoria de Polanyi para justificar o movimento do Comércio Justo é que as premissas do movimento irão muito além de uma abordagem econômica. Observa-se, nesse modelo, uma preocupação quanto à sustentabilidade dos negócios e a forma como esses são concretizados. A alternativa em diminuir o número de atravessadores para que o produtor tenha maior parcela da rentabilidade total do que é produzido, é uma forma de dar valor ao seu produto e ao seu desenvolvimento. Polanyi (1944), afirma que o mercado autorregulado cria prejuízos tal como o isolamento dos indivíduos e os torna mais competitivos, perdendo assim laços de solidariedade social e do bem-estar humano. Isto é, ser participante de uma organização certificadora faz com que o produtor aumente seus laços de solidariedade social e aumente o bem-estar humano. Além de que o produtor tem maior conhecimento sobre o mercado que ele trabalha, bem como o número de atravessadores é menor. Então, com o modelo alternativo de negócio, a comunidade deixa de ser isolada e passa a ser parte do mercado. Além das duas razões citadas acima, o movimento tem como objetivo criar valor social, que é outro ponto que a Teoria de Polanyi (1944) afirma. Para Polanyi (1944), os seres humanos são seres culturais onde o sistema capitalista rompe a cultura ética à qual os trabalhadores pertenciam e através da qual definiam sua identidade. Ser um produtor certificado, faz com que o trabalho rural ganhe maior visibilidade e, também, faz com que o produtor se empodere. Isso resgata sua identidade e cultura, uma vez que quando certificados têm maior valor. Como exposto por Polanyi (1944) e, posteriormente corroborado por Romaniello (2009), empoderar os produtores faz com que eles deixem de ser isolados – uma vez que se encontram em redes – e resgata seu valor cultural.

Considerações Finais

Considera-se que o presente trabalho pôde contribuir para a compreensão e discussão acerca do impacto do Comércio Justo na vida dos produtores rurais. Tendo em vista as premissas do movimento, o presente trabalho teve como objetivo responder se os impactos gerados pela certificação FT eram reais e positivos para a amostra certificada escolhida. Como analisados nesse trabalho, encontrou-se que os impactos são positivos na vida dos produtores rurais em diversos quesitos. Primeiramente, o tamanho da propriedade e produção aumentaram após o produtor aderir à certificação, bem como foi necessário escalar mais uma pessoa da família para trabalhar nas lavouras – o que é um bom sinal tendo em vista que a agricultura é familiar. A qualidade de vida dos produtores

aumentou, apresentaram um nível de satisfação relacionado aos cursos e quantidade de informação que recebem na Cooperativa para aprender a cultivar melhor o café. Indiretamente, através dessas aulas e cursos, o café certificado pela COOPFAM aumentou significativamente a sua qualidade. Houve um impacto positivo na comunidade, onde foi afirmado que parte do prêmio auxilia o desenvolvimento local e de suas famílias de diversas formas: através da manutenção da Cooperativa, de auxílio a estudos de filhos dos produtores, com assistência à saúde, dentre outros pontos que foram esclarecidos no tópico de “resultado e discussões”. Um *gap* encontrado nesse estudo é que nem todos os produtores têm conhecimento do que é o movimento e como ele funciona. Ou seja, muitos deles entendem que, na prática, a certificação traz uma melhoria em sua vida, mas, na maior parte das vezes, esses não entendem o fundamento desse modelo de negócio alternativo. Corroborou-se os resultados primários obtidos nessa pesquisa junto à outras pesquisas já realizadas, tanto na COOPFAM, quanto em outras cooperativas espalhadas ao redor do mundo que se encontravam na literatura. Ademais, a Teoria do Movimento em Dobro (1944) foi capaz de elucidar tal movimento e o porquê de seu crescimento contínuo, pois uma vez que o atual sistema mercadológico funciona baseado nas premissas da autorregulação e tem como objetivo final o lucro, acaba por acarretar discrepâncias à vida dos pequenos e médios produtores, dos quais, muitos são carentes. Em contrapartida, o Comércio Justo surge com o objetivo de protegê-los – que se caracteriza como contramovimento para promoção de pessoas que vivem em situações de pobreza. Deste modo, o resultado deste Movimento é positivo, já que o movimento vem abrangendo cada vez mais produtores de forma positiva a assisti-los. Destarte, o comércio justo torna-se no cenário econômico, social e cultural, o carro-chefe para a diminuição da assimetria mercadológica para os pequenos produtores de café e promove a busca do empoderamento para todos.

REFERÊNCIAS

- Alvarenga, R. P., & Arraes, N. A. M. (2017). Certificação fairtrade na cafeicultura brasileira: análises e perspectivas.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ – (ABIC). Indicadores da Indústria de Café, 2018. Disponível em: <<https://www.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/indicadores-da-industria-de-cafe-2018-2/>>. Acesso em: 05 jan. 2021.
- Barone, M. (2017). Cafés especiais e salto de escala: análise do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação dos cafés especiais do Sul de Minas Gerais.
- Barrientos, S., Conroy, M. E., & Jones, E. (2007). Northern social movements and Fair Trade. Fair trade: The challenges of transforming globalization, 51-62.
- Bossle, M. B. (2011). Comércio justo no Brasil e a comercialização de produtos do algodão ecológico.
- Calo, M., & Wise, T. A. (2005). Revaluing peasant coffee production: Organic and fair trade markets in Mexico. Global Development and Environment Institute, Tufts University.
- Carvalho, L. C., & Veríssimo, P. (2018). Do empreendedorismo social à responsabilidade social corporativa: um estudo de caso. HOLOS, 34(7), 59.
- Costantino, M., & Becchetti, L. (2005). The effects of Fair Trade on marginalised producers: an impact analysis on Kenyan farmers.
- Enelow, N. (2012). Fair Trade, Agrarian Cooperatives, and Rural Livelihoods in Peru.
- FAIRTRADE FOUNDATION. About coffee.2015. Disponível em: <<http://www.fairtrade.org.uk/en/farmers-and-workers/coffee/about-coffee/>>. Acesso em: 18 jan.2021.
- Gomes, R. (2003). Comércio Justo: entre a solidariedade e a utopia. Proposta, Rio de Janeiro, 10(98), 46-55.
- Imhof, S., & Lee, A. (2007). Assessing the potential of Fair Trade for poverty reduction and conflict prevention: A case study of Bolivian coffee producers. University of Basel, Switzerland.

- KAMLOT, D., & SCHMITT, V. G. H. (2015). O Comércio Justo nas Práticas de Marketing Social das Grandes Empresas. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(3), 63-79.
- Le Mare, A. (2008). The impact of fair trade on social and economic development: A review of the literature. *Geography Compass*, 2(6), 1922-1942.
- Leal, A. L. C. A., Ogasavara, M. H., & Menezes, R. Á. G. (2017). O comércio justo como vantagem competitiva no processo de internacionalização: um estudo de caso da justa trama. *Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia*, 4(13), 158-174.
- Lima, A. O. (2016). Transferência de conhecimento no contexto de uma cooperativa de produtores de café orgânico.
- Machado, R. T. M. (2000). Rastreabilidade, tecnologia da informação e coordenação de sistemas agroindustriais (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Marcelo, M. Á., & Campos, R. C. (2012). ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM UMA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COOPERATIVA DO SUL DE MINAS GERAIS. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 14(1).
- Mendell, M. (2007). Karl Polanyi and instituted process of economic democratization. *Polanyian Perspectives on Embedded Economic Processes, Development and Transformation*, Manchester University Press, Manchester, 78-92.
- Morsello, C. (2002). Market integration and sustainability in Amazonian indigenous livelihoods: the case of the Kayapoí (Doctoral dissertation, University of East Anglia).
- OLIVEIRA, M. (2016). Produção de café com certificação fair trade: uma alternativa para os produtores familiares.
- Pedini, S. (2011). Fair Trade: Alternativa ao mercado convencional de café e processos de empoderamento de cafeicultores familiares.
- Prado, A. S., Rosa, B. T., Dias, R. E. B., Souza, A. J. J., Pereira, S. P., & dos Santos, A. C. (2011). Certificação Fair Trade na cafeicultura: estudo de caso da cooperativa dos agricultores familiares do município de Poço Fundo-MG.
- Prodanov, C. C., & de Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale.
- Raynolds, L. T. (2002)(b). Poverty alleviation through participation in Fair Trade coffee networks: Existing research and critical issues (No. Folleto 1101). New York: Ford Foundation.
- Raynolds, L. T. (2002). Consumer/producer links in fair trade coffee networks. *Sociologia ruralis*, 42(4), 404-424.
- Robert, Y. I. N. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman.
- Valkila, J. (2009). Fair Trade organic coffee production in Nicaragua—Sustainable development or a poverty trap? *Ecological economics*, 68(12), 3018-3025.
- Watson, K., & Achinelli, M. L. (2008). Context and contingency: the coffee crisis for conventional small-scale coffee farmers in Brazil. *Geographical Journal*, 174(3), 223-234.
